

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DO LITORAL NORTE PAULISTA E OS DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE ODS (3 e 4)

Silvyane Luanda Prata Jeronimo (Universidade de Taubaté)

Professor: Dr. Edson Trajano Vieira (Universidade de Taubaté)

Orientadora: Dra. Adriana Leônidas de Oliveira (Universidade de Taubaté)

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar os determinantes do crescimento do Litoral Norte Paulista, com recorte nos anos de 2000 e 2022, cujo os resultados indicam alterações significantes, relacionadas ao crescimento populacional e aos desafios das políticas públicas voltadas à população, dando ênfase à política de educação e saúde. A metodologia utilizada é de pesquisa documental e exploratória para analisar o crescimento demográfico no Litoral Norte Paulista e suas implicações para as políticas públicas de educação e saúde. Foram analisados o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A região em estudo é composta pelos municípios costeiros de Caraguatatuba, Ilhabela, Ubatuba e São Sebastião, abrange um território de 1.943 km², caracterizado por uma diversidade de ecossistemas, como a Mata Atlântica, praias, reservas naturais, e uma combinação de ambientes costeiros e serranos que têm atraído cada vez mais migrantes ao longo do tempo. Os resultados demonstram que entre 2000 e 2022, houve um aumento significativo nos investimentos em políticas públicas de educação e saúde, sem que isso se traduza necessariamente em uma melhoria da qualidade dos serviços oferecidos. Além disso, o crescimento populacional, intensificado pelo desenvolvimento regional, gera desafios adicionais, como a especulação imobiliária e o aumento das desigualdades sociais. Conclui-se que o crescimento populacional apresenta tanto desafios quanto oportunidades, sendo importante que as políticas públicas sejam reavaliadas e adaptadas para atender às demandas emergentes de uma população em expansão, de modo a promover um desenvolvimento regional equilibrado e inclusivo.

Palavras-chave: Crescimento Demográfico; Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas.

Introdução

Considerando importância do tema o Crescimento Demográfico do Litoral Norte Paulista e os Desafios para as políticas de Educação e Saúde, o presente artigo pretende fazer uma reflexão sobre a relação entre crescimento populacional, aumento de domicílios e as demandas para as políticas de saúde e educação, analisando os resultados de levantamentos realizados a partir de dados secundários oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do banco de dados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Sobre a população do Litoral Norte do Estado de São Paulo, esta possui aproximadamente 479 km de extensão de linha de costa e abrange quatro municípios (Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba), com área territorial de 1.943 Km² de extensão, população, tendo sua população estendida na estação climática do ano verão. A região é caracterizada por suas praias, vegetação de Mata Atlântica e Serra do Mar, culminando em uma combinação de ambientes costeiros e serranos, desta forma, atraindo turismo e migrantes. A maior parte da Mata Atlântica do Estado de São Paulo encontra-se no Litoral Norte, porém da vegetação nativa restam apenas 8% de sua cobertura original (Barbosa, 2007).

Para contextualizar a análise, também foi apresentado um breve histórico do processo de ocupação do Litoral Norte Paulista, que aos longos dos anos, vem atraído pessoas e atividades econômicas variadas, motivadas por transformações decorrentes, tais como: da abertura de estradas, turismo em massa, especulação imobiliária, entre outros, que demandam, simultaneamente, novas configurações de políticas públicas, que envolve variantes, tais como: aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A Conferência Internacional com relação a População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, diz no parágrafo 1.2 de seu Relatório:

O mundo passou por mudanças de longo alcance nas duas últimas décadas. Progresso significativo foi feito em muitos campos importantes para o bem-estar do homem, mediante esforços nacionais e internacionais. Entretanto, os países em desenvolvimento ainda enfrentam sérias dificuldades econômicas e um ambiente econômico internacional desfavorável, e aumentou em muitos países a quantidade de pessoas que vivem em estado de pobreza absoluta. (ONU/2024)

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar os determinantes do crescimento do Litoral Norte Paulista, com recorte aos anos de 2000 e 2022, cujo os resultados, indicam alterações significantes, relacionado ao um crescimento populacional e os desafios das políticas públicas voltadas à população, dando ênfase às políticas de educação e saúde.

Revisão da Literatura

Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constam no documento “A transformação do nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, e são resultados de negociações de diferentes

governos, e o Brasil contribui para esta ação. A ODS 3 tem o objetivo de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades e a ODS 4, assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Na Agenda 2030 reúne dimensões para o desenvolvimento sustentável que até então foram pensadas separadamente: econômica, social e ambiental. Portanto, é preciso se considerar que aspectos sociais, relacionado à saúde, educação e população, por sua interdependência, formam um todo complexo e devem ser analisados em conjunto.

Em geral, os fatores que impulsionam o crescimento populacional de determinada região são a qualidade de vida, qualidade na prestação dos serviços de saúde e de educação, fluxo migratório e maiores taxas de natalidade. De acordo com a Lei Complementar 1.166, de 9 de janeiro de 2012, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) é constituída por 39 municípios, distribuídos em cinco sub-regiões. Destaca-se o Litoral Norte Paulista que é dividido pela Sub-região 5: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. O Índice do Desenvolvimento Urbano (IDH) do Estado de São Paulo é de 0,783 e o da RMVPLN é de 0,781 (referência ano 2010), estando próximo da média estadual, considerado alto. (PNUD; IPEA, 2015). Com o crescimento populacional, surge a necessidade de ampliar a oferta de políticas públicas essenciais, como educação e saúde, para atender de forma adequada as demandas crescentes da sociedade.

A políticas de saúde garante o acesso universal aos serviços de promoção e qualidade em saúde, como também na prevenção de doenças e promoção do bem-estar físico, mental e social. Através de programas de vacinação, campanhas de conscientização e investimentos em infraestrutura de saúde, conforme diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), as políticas públicas podem contribuir significativamente para a melhoria dos indicadores de saúde e aumento da expectativa de vida da população, acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2006).

As políticas de educação garantem o desenvolvimento humano e na redução das desigualdades sociais. Ao garantir o acesso universal à política de educação com qualidade, desde a primeira infância até o ensino superior, possibilitam aos indivíduos a promoção, desenvolvimento e inclusão social, fatores estes, que impulsionam o desenvolvimento econômico. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) refere

que o direito à educação tem como objetivo promover o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente para o exercício da cidadania. Araújo (2011) destaca que o direito à educação alterna entre a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola por meio de uma educação igualitária de qualidade.

Em um âmbito geral, o crescimento demográfico é um fenômeno que impacta diferentes sociedades e sofre a influência de diversos aspectos, tais como: ambientais, socioeconômicos e políticos. Um dos principais desafios associados ao crescimento populacional é a garantia do acesso a recursos básicos, como alimentação, água potável, moradia e saúde. A explosão demográfica gerou preocupações para a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo necessário pensar em Políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, o saneamento básico e o acesso equitativo aos serviços de saúde são essenciais para promover o bem-estar e a qualidade de vida das populações em crescimento (ONU, 1948).

Além disso, o crescimento populacional pode exercer pressão sobre o meio ambiente, aumentando a demanda por recursos naturais e contribuindo para a degradação ambiental. Nesse sentido, políticas públicas de preservação ambiental, gestão sustentável dos recursos naturais e promoção de práticas de consumo responsável são fundamentais para mitigar os impactos negativos do crescimento populacional sobre o meio ambiente e garantir a sustentabilidade das futuras gerações. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) Brasil:

É necessária uma ação urgente para reduzir as emissões, mitigar e adaptar-se a essas alterações. Precisamos trabalhar questões populacionais junto à esfera do meio ambiente, visando um desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável. Para isso, é necessário fomentar a discussão acerca do tema, incluindo temas de população na agenda do meio ambiente e superando a percepção de que o crescimento demográfico necessariamente entra em conflito com o meio ambiente. (UNFPA BRASIL, 2024).

Outro aspecto importante a ser considerado são os desafios relacionados à urbanização acelerada, resultante do crescimento populacional concentrado nas áreas urbanas. Políticas públicas de planejamento urbano, desenvolvimento de infraestrutura e acesso a serviços básicos são cruciais para promover cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis, capazes de atender às necessidades de uma população em crescimento. Ainda, de acordo com o UNFPA Brasil:

Enquanto uma taxa acelerada de crescimento representa um desafio significativo para as políticas de desenvolvimento, taxas de crescimento lentas ou até mesmo negativas também podem colocar em risco a sustentabilidade de intervenções de políticas públicas que poderiam ser bem-sucedidas. (UNFPA BRASIL, 2024).

Portanto, é fundamental que as políticas públicas abordem questões relacionadas à educação, emprego e igualdade de gênero, garantindo oportunidades de desenvolvimento humano e social para todos os indivíduos, independentemente do seu contexto socioeconômico ou demográfico. Conforme refere o UNFPA Brasil:

Todos serão afetados pelas mudanças no meio ambiente, especialmente os mais pobres, vulneráveis e sem recursos para se adaptarem. Todas as comunidades precisarão desenvolver resiliência e sustentabilidade. E com a migração e a urbanização em uma escala sem precedentes, será preciso compreender como as populações estão mudando e planejando abordar as necessidades atuais e futuras das pessoas. (UNFPA BRASIL, 2024).

O crescimento populacional e de domicílios apresentam desafios significativos que exigem respostas políticas abrangentes e integradas. Investir em políticas públicas que promova o desenvolvimento sustentável, a igualdade social e o respeito aos direitos humanos é essencial para garantir o bem estar biopsicossocial e a qualidade de vida da população.

Método

O presente estudo foi realizado por meio de pesquisa documental exploratória. Utilizaram-se, como base, os dados do Brasil e suas Unidades da Federação, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e base de dados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Foram analisados 5 indicadores de cada município do Litoral Norte Paulista: crescimento populacional; crescimento de domicílios; índice de alunos matriculados; quantidade de unidades de ensino; quantidade unidade de saúde, relativos ao período de 2000 a 2022, período mais recente e disponível nos sistemas de informações utilizados no estudo. Buscou-se relacionar dados numa análise integrada do aumento da população e possíveis impactos gerados na das políticas públicas de educação e de saúde.

Para alcance do objetivo do artigo foi utilizado uma pesquisa sobre como se constituiu a população de cada município que fazem parte do Litoral Norte Paulista, tendo como base de dados a página oficial das Prefeituras e das Câmaras Municipais de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba fazendo uma interface com as políticas públicas de saúde e de educação.

Resultados e Discussão

A seção de resultados será iniciada com uma breve contextualização histórica da área em estudo, para posteriormente os dados documentais serem apresentados e discutidos. De acordo com as informações que constam no site dos municípios: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, o processo de ocupação populacional do Litoral Norte do Estado de São Paulo, primeiramente, se deu no município de São Sebastião, pelos povos indígenas Tupinambás ao norte e Tupiniquins ao sul, divididos pela serra de Boiçucanga. No século XVI, os indígenas Tupinambás que habitavam quase toda a costa brasileira e foram os primeiros habitantes da região do Litoral Paulista. Registros indicam que este fato ocorreu muito antes da colonização portuguesa. Posteriormente, esta região foi colonizada pelos portugueses, que desenvolveram a agricultura e a pesca e depois com a expansão da economia açucareira, foram estabelecidos engenhos para a produção de açúcar no transcorrer de toda a região costeira do Litoral Norte Paulista. No entanto, a ocupação efetiva desta região foi a partir do século XVIII, com a implantação de fazendas de cultivo de café. A introdução do café impulsionou o desenvolvimento econômico da região, levando à formação de povoados e vilas ao longo do litoral norte, como São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela.

Segundo registros do site da Prefeitura, São Sebastião é município mais antigo da região, sendo elevado à vila em 1636. Recebeu este nome em homenagem ao santo do dia. O povoamento se formou por consequência da ocupação de terras por sesmeiros portugueses vindos da Vila de Santos Elevado à condição de cidade com a denominação de São Sebastião pela Lei Provincial n.º 20-04-1875. (IBGE/2015).

Com relação ao arquipélago Ilhabela, conforme registros da página oficial da Prefeitura Municipal, pesquisas realizadas desde o final da década de 1990 apontam que pelo menos quatro das ilhas foram habitadas por povos indígenas muito antes da chegada dos europeus ao Brasil. Mais precisamente, há pelo menos 2000 anos a região era habitada pelos indígenas sambaquieiros, e há 700 por indígenas ceramistas (Wikipédia, página editada em janeiro 2024).

Atualmente o arquipélago de Ilhabela consta com 14 comunidades caiçaras isoladas, cujo acesso é por meio de embarcações. Essas comunidades vivem da pesca, preservam a cultura caiçara, algumas delas vivem isoladas geograficamente e

duas delas, no caso do Bonete e Castelhanos vivem do turismo. No ano de 2016 estas comunidades tiveram acesso à energia elétrica, que chega por meio de geradores ou painéis solares, o fornecimento de água se dá através das nascentes, não possuem saneamento básico. (Prefeitura de Ilhabela/2023).

Quanto ao município de Ubatuba, segundo o site oficial da Prefeitura, era conhecida como Aldeia de Iperoig, passando para categoria de Vila somente no ano de 1554, os povos indígenas Tupinambás foram os primeiros habitantes daquela região, viviam em paz com os índios do planalto, até a chegada dos portugueses e franceses, que tentaram escravizar os índios com o intuito de colonização. No ano de 1563, o Padre Anchieta promoveu junto à população indígena liderados por Cunhambebe, a chamada Paz de Iperoig, foi assinado o tratado que para algumas comunidades significou sua aniquilação, os franceses foram expulsos e os povos de indígenas foram pacificados. (Prefeitura de Ubatuba/ 2023).

Caraguatatuba, é de origem tupi-guarani, significa "lugar de muitos caraguatás", uma planta comum na região, segundo registros da página oficial da Prefeitura. A história de Caraguatatuba remonta ao período colonial brasileiro, quando sesmarias foram concedidas para incentivar o desenvolvimento agrícola. A chegada de colonos portugueses e a exploração de culturas como a cana-de-açúcar contribuíram para o crescimento do município.

Ainda em pesquisas realizada junto ao site da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, IBGE e no Livro Memória Viva: Câmara Municipal de Caraguatatuba, primeiros registros mostram que Caraguatatuba começou a ser povoada no século XVII, com a Sesmaria, que é um era um sistema de concessão de terras durante o período colonial no Brasil. Essas concessões eram dadas pelo governo português a colonos que se comprometiam a cultivar e desenvolver a terra, ajudando assim na expansão agrícola e na ocupação do território. No ano de 1609, ocorreu a primeira ocupação, que foi a bacia do Rio Juqueriquerê, sendo doada pelo capitão-mor Gaspar Conqueiro aos antigos moradores de Santos, Miguel Gonçalves Borba e Domingos Jorge, como prêmio por serviços prestados à Capitania de São Vicente. Na segunda metade do século XVII que surge a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba. Portanto, somente nos meados dos anos de 1664 e 1665, o município de Caraguatatuba foi fundado por Manuel de Faria Dória, Capitão-Mor da Capitania de Itanhaém, conforme aponta a história. Em setembro de 1770, de pequeno povoado, Caraguatatuba

passou a ser denominada Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, em março de 1847, a Vila foi elevada a condição de Freguesia. Somente em 20 de abril de 1857, Caraguatatuba recebeu sua emancipação política e administrativa. (Prefeitura de Caraguatatuba/2023).

Originariamente, a extensão populacional de Caraguatatuba ocorreu com a chegada de famílias estrangeiras, migrando-se para a Fazenda dos Ingleses em 1927. Com a vinda destes trabalhadores agrícolas e artesãos, originou o surgimento do comércio e o aumento da arrecadação municipal. Em 1947, o Governo do Estado de São Paulo tornou a Freguesia de Santo Antônio de Caraguatatuba a Estância Balneária de Caraguatatuba, sendo que em 1965 foi instalada sua comarca.

Ao longo dos séculos seguintes, toda a região do Litoral Norte Paulista permaneceu e permanece em desenvolvimento, com a construção de portos, aberturas de novas estradas de acesso, inicialmente para escoamento da produção agrícola e posteriormente para a exploração do petróleo. A atividade pesqueira também desempenhou um papel importante na economia local, especialmente nas comunidades costeiras. No século XX, o turismo começou a ganhar destaque na região, atraindo visitantes em busca de praias, cachoeiras e áreas naturais e de preservação ambiental. Portanto, atualmente, o Litoral Norte de São Paulo é conhecido tanto por sua história colonial, beleza natural e atrativos turísticos.

O Diagnóstico Técnico da Fundação Florestal APA Marinha do Litoral Norte e Arie de São Sebastião, refere que:

O processo de consolidação urbana do Litoral Norte se define mais claramente a partir da década de 1960, quando o quadro de relativo isolamento na qual se encontrava a região é rompido pelos impulsos mais fortes da urbanização, que se deu basicamente por dois caminhos principais: a ocupação de turismo e veraneio (segunda residência) e a utilização portuária do Canal de São Sebastião. (Fundação APA Marinha, 2014).

O presente estudo procura delinear alguns conceitos com os quais poderemos entender melhor a inter-relação crescimento demográfico, políticas de saúde e educação, para contribuição e formulação de políticas de garantia de garantia de direitos. Nos últimos anos, o crescimento demográfico da população está em pauta devido às mudanças rápidas, decorrentes a sua estrutura. Este fenômeno vem ocorrendo também referente a população residente no Litoral Norte Paulista, pois foi observado um aumento significativo nos resultados relativos ao Censo Demográfico do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do

Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Esse crescimento populacional tem sido acompanhado por uma série de mudanças e desafios, especialmente no que diz respeito à infraestrutura social, como unidades de ensino e equipamentos de saúde. Os resultados possibilitaram analisar os efeitos desse aumento populacional nessas áreas específicas, destacando os desafios enfrentados das políticas públicas voltadas à população, dando ênfase à política de educação e saúde.

Tabela 1 – Crescimento da população residente do Litoral Norte de São Paulo relativos aos anos de 2000, 2010 e 2022.

Censo Demográfico	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte
2000	78.921	20.744	58.038	66.861	224.564
2010	100.840	28.196	73.942	78.801	281.779
2022	134.873	34.934	81.595	92.981	344.383

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, anos 2000, 2010, 2022.

Tabela 2 – Variação de aumento população do Litoral Norte de São Paulo.

Censo Demográfico	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte
2000-2010	27,77%	35,52%	27,40%	17,89%	25,43%
2010-2022	33,75%	23,90%	10,28%	17,99%	22,20%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, anos 2000, 2010, 2022.

Ao analisar as Tabelas 1 e 2 no período de 2000 a 2010, referente aos municípios do Litoral Norte Paulista, percebe-se que Ilhabela apresenta maior taxas de crescimento populacional, com relação às demais, sendo que São Sebastião e Caraguatatuba permaneceram na mesma variável. Registra-se também que Ubatuba revelou o menor índice do período, inferior a variável do Litoral Norte.

No período de 2010 a 2022, dos quatros municípios analisados, os dados apontam que o município de Caraguatatuba é o mais populoso, tendo um aumento expressivo, de acordo com dados do IBGE no último Censo Demográfico, com a taxa de 33,75%. Entretanto, São Sebastião e Ubatuba, são os municípios que menos se observou aumento da população. Brito (2008) destaca que a transição demográfica é um processo social e, portanto, não se trata de uma simples combinação de variáveis demográficas. Por ser produto de um processo histórico de construção social, possui

as características e resultados dos indicadores demográficos diversificado de um município para outro.

Segundo o IBGE, a população do Brasil chegou a 203,1 milhões em 2022, com aumento de 6,5% frente ao censo demográfico anterior, realizado em 2010. Isso representa um acréscimo de 12,3 milhões de pessoas no período. Sendo que na região Sudeste tem 84,8 milhões de habitantes, o que representa 41,8% da população do país. Os três estados brasileiros mais populosos - São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - concentram 39,9% da população brasileira. (IBGE/2022).

No Brasil, a transição demográfica tem acontecido de maneira mais acelerada quando comparamos com alguns países da Europa que completaram a transição na segunda metade do século XX (Carvalho; Garcia, 2003). Os resultados das tabelas 1 e 2 evidenciam um aumento constante no número de habitantes no Litoral Norte do Estado de São Paulo. O crescimento populacional nesta região tem sido significativo nas últimas décadas, sendo que esse fenômeno é impulsionado por uma série de fatores, incluindo o desenvolvimento econômico, a oferta de empregos, o turismo e a qualidade de vida, entre outros. Portanto, é importante reavaliar as políticas públicas existentes, mapeamento os bairros mais numerosos, para oferta de serviços conforme números de habitantes.

O crescimento populacional traz consigo desafios e oportunidades. Por um lado, há uma maior demanda por serviços públicos, infraestrutura urbana e unidades de ensino para atender à crescente população. Por outro lado, o aumento da população também impulsiona a economia local, gerando empregos nos setores de comércio, serviços e turismo.

Tabela 3 – Crescimento dos domicílios, por município, do Litoral Norte de São Paulo relativos aos anos de 2000, 2010 e 2022.

Censo Demográfico	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte Paulista
2000	22.164	5.736	16.262	18.150	62.312
2010	31.947	9.022	23.605	25.103	89.677
2022	48.634	12.710	28.961	34.009	124.314

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, anos 2000, 2010, 2022.

Tabela 4 – Variação dos crescimentos dos domicílios do Litoral Norte de São Paulo.

Censo Demográfico	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte Paulista
2000-2010	44,14%	57,29%	45,15%	38,31%	43,92%
2010-2022	52,23%	40,88%	22,69%	35,48%	38,62%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, anos 2000,2010, 2022.

Os resultados dos últimos Censos revelam uma tendência de aumento constante no número de domicílios no Litoral Norte Paulista. A tabela 3 e 4, no período de 2000 a 2010, revela que a única cidade que permaneceu abaixo do índice do Litoral Norte é Ubatuba, porém, as outras registram um aumento expressivo de domicílios.

No período de 2010 a 2022, o índice de domicílio continuou a crescer no Litoral Norte, destaca-se o município de São Sebastião a que teve menos elevação.

De acordo com dados do IBGE, o aumento do número de domicílios tem sido uma tendência observada em várias regiões do Brasil, incluindo o Litoral Norte Paulista. Esse aumento pode ser atribuído a uma série de fatores socioeconômicos e demográficos. O crescimento populacional está explicitamente correlacionado ao aumento do número de domicílios. Com mais pessoas vivendo em determinada área, há uma demanda por mais residências, sejam elas casas, apartamentos ou outros tipos de moradias. Além disso, mudanças nos padrões familiares também influenciam esse fenômeno. O aumento do número de famílias, compostas por casais com ou sem filhos, demanda a necessidade de mais domicílios.

No que tange ao processo de urbanização é importante ressaltar que na medida em que as áreas urbanas se expandem, mais domicílios são construídos para atender à demanda por moradia nas cidades e em seus arredores. Isso é especialmente relevante em regiões turísticas, como o litoral, onde o desenvolvimento urbano está ligado ao turismo ao crescimento econômico, em concordância com o UNFPA Brasil:

Todas as comunidades precisarão desenvolver resiliência e sustentabilidade. E com a migração e a urbanização em uma escala sem precedentes, será preciso compreender como as populações estão mudando e planejando abordar as necessidades atuais e futuras das pessoas. (UNFPA BRASIL, 2024).

As políticas governamentais, programas de habitação e investimentos em infraestrutura se tornam um desafio, pois têm consequências diretamente no aumento

do número de domicílios. Iniciativas, tais como o setor imobiliário que visam promover o acesso à moradia e também às novas construções, contribuem para esse crescimento. O aumento do número de domicílios é reflexo das dinâmicas demográficas, socioeconômicas e urbanas em curso, e sua compreensão é fundamental para o planejamento e o desenvolvimento regional, em conformidade com o UNFPA Brasil:

O aumento da população não pode ser visto como a única ameaça ao meio ambiente. Um crescimento populacional mais lento ajudaria a médio e longo prazos, mas não seria suficiente. A sustentabilidade requer uma matriz de energias mais limpas e uma grande mudança nos padrões de produção e consumo, incluindo iniciativas que assegurem uma distribuição igualitária de bens e serviços. (UNFPA BRASIL, 2024).

Tabela 5 – Alunos matriculados em Unidades de Ensino - Litoral Norte de São Paulo entre os anos de 2008, 2010 e 2021.

Censo Demográfico	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte Paulista
2008	25.418	7.030	19.102	21.568	73.118
2010	26.769	7.392	20.196	21.124	75.481
2021	30.487	8.438	19.941	20.520	79.386

Fonte: IBGE, Censos, anos 2008, 2010, 2021.

Tabela 6 – Variação dos alunos matriculados do Litoral Norte de São Paulo.

Censo Demográfico	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte Paulista
2008-2010	5,32%	5,15%	5,73%	-2,06%	3,23%
2010-2021	13,89%	14,15%	-1,26%	-2,86%	5,17%

Fonte: IBGE, Censos, anos 2008, 2010, 2021.

Observa-se que nas Tabelas 5 e 6, referente ao período de 2008 a 2010, em média dos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, houve variação aproximada do índice de aumento de alunos matriculados, ficando acima da taxa do Litoral Norte. Entretanto, o município de Ubatuba, percebe-se que houve uma redução. Com relação ao período de 2010 a 2021, destaca-se Ilhabela e depois Caraguatatuba, obtiveram aumento expressivo, acima da média do Litoral Norte, porém, em São Sebastião e Ubatuba, tiveram uma redução de números de alunos matriculados.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 define a educação como direito básico e responsabilidade do Estado e da sociedade. Desta forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prevê progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de controle financeiro para as escolas. Em 2014, o Plano Nacional de Educação, Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, incluiu em sua meta 19 a gestão democrática. Portanto, o aumento demográfico apresenta desafios significativos para os sistemas educacionais de um contexto em geral. Manter o número de alunos matriculados em relação ao crescimento populacional é uma tarefa complexa que requer planejamento e recursos financeiros.

O acesso à educação é garantido pela CF de 1988 e amparada pela Lei de LDB. Em seus Art. 1º E 2º garante:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2017 p. 09).

Para enfrentar esse desafio, é importante investimentos de todas instituições do governo (Federal, Estadual e Municipal) que invistam em políticas educacionais para a expansão e melhoria das unidades escolares, para alcançar uma educação de qualidade, bem como na construção de novas instalações, mapeando o território, onde for necessário ações de políticas públicas. Além disso, é importante implementar e/ou dar continuidade de políticas que incentivem a educação inclusiva e garantam que aos alunos o acesso igualitário à educação, independentemente de sua origem socioeconômica ou local de residência.

Ao manter o número de alunos matriculados em relação ao aumento populacional, não apenas garantimos o acesso à educação, mas também contribui para o desenvolvimento social e econômico de nossa sociedade, preparando as gerações futuras para enfrentar os desafios do mundo em constante mudanças no aspecto social e urbano.

Tabela 7 – Unidades de Ensino de Educação Infantil, Ensino Médio e Ensino Fundamental, do Litoral Norte de São Paulo entre os anos de 2008, 2010 e 2021.

Censo Demográfico	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte Paulista
2008	120	53	86	119	378
2010	131	47	90	115	383
2021	125	59	93	117	394

Fonte: IBGE, Censos, anos 2008, 2010, 2021.

Tabela 8 – Variação Unidades de Ensino: Educação Infantil, Ensino Médio e Ensino Fundamental, do Litoral Norte de São Paulo entre os anos de 2008, 2010 e 2021.

Censo Demográfico	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte Paulista
2008-2010	9,17%	-11,32%	4,65%	-3,36%	1,32%
2010-2021	-4,48%	25,53%	3,33%	1,74%	2,87%

Fonte: IBGE, Censos, anos 2008, 2010, 2021.

Analisando as Tabelas 7 e 8, no período de variação entre os anos 2008 a 2010 o número de Unidades de Ensino não teve aumento expressivo, sendo que a variação da taxa do município de Ilhabela e Ubatuba, teve redução.

Entretanto, já no período de 2010 a 2021 o município de Ilhabela se destaca, representando o maior índice de aumento de unidade de ensino registrado em todo o período e Caraguatatuba, nota-se declínio de -4,48%, não correspondendo com o índice de aumento populacional no mesmo período.

Na medida em que a população cresce, a demanda pela política de educação também aumenta. O crescimento populacional traz consigo um aumento no número de crianças em idade escolar, o que aumenta a necessidade de unidades de ensino. Diante deste contexto, é necessário aos gestores municipais promover políticas públicas para atender este público específico.

O acesso à educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e, portanto, é de extrema necessidade dos gestores públicos planejamento e investimento na expansão e na criação novas de unidades de ensino para atender às necessidades da população em crescimento. O crescimento populacional também pode afetar a distribuição geográfica das escolas, com áreas densamente povoadas exigindo mais instituições educacionais para garantir que a população de um modo igualitário, tenha acesso a uma educação.

O crescimento populacional e a expansão de unidades de ensino estão intrinsicamente ligados, destacando a importância de políticas educacionais e investimentos contínuos na expansão da infraestrutura educacional para garantir o acesso e o desenvolvimento da região.

Tabela 9 – Unidades de Saúde, Litoral Norte de São Paulo, conforme dados do DATASUS.

Dados DATASUS	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte Paulista
12/2012	129	19	154	63	365
12/2017	173	25	171	62	431
12/2022	245	38	205	74	562

Fonte: DATASUS, anos 2012, 2017, 2022

Tabela 10 – Variação da Unidades de Saúde, Litoral Norte de São Paulo, conforme dados do DATASUS.

Dados DATASUS	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Litoral Norte Paulista
2012-2017	34,11%	31,58%	11,04%	-1,59%	18,08%
2017-2022	41,62%	52,00%	19,88%	19,35%	30,39%

Fonte: DATASUS, anos 2012, 2017, 2022

Nas tabelas 9 e 10 foram analisados para efeito quantitativo, as unidades de saúde por municípios do Litoral Norte Paulista, entre os anos de 2012 e 2022, através do sistema de dados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Em um cenário onde a população está constantemente em crescimento, garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde é fundamental. No entanto, muitas vezes nos deparamos com um desequilíbrio entre o aumento populacional e a capacidade do sistema de saúde em atendê-lo de forma efetiva a demanda da região.

Percebe-se que entre no período de 2012 a 2017, a cidade de Caraguatatuba, apresentou o maior índice de crescimento de novas instalações de unidade de saúde, com taxa de 34,11% e o município de Ilhabela logo atrás, com 31,58%, ambos acima da taxa do Litoral. Quanto ao município de Ubatuba, não registrou crescimento,

ocorrendo redução da variação de -1,59%. O índice de unidade de saúde, que representa o acesso aos serviços de saúde, deve ser ajustado de forma a acompanhar o crescimento populacional. Infelizmente, nem sempre isso ocorre, levando a disparidades no acesso aos cuidados de saúde.

Analisando o período de 2017 a 2022, Ilhabela destaca-se com o maior número de unidade de saúde e Caraguatatuba fica logo atrás em taxa de aumento de unidade de saúde. Nota-se que neste período, não houve redução de unidades de saúde, porém São Sebastião e Ubatuba permaneceram abaixo da média do Litoral Norte. Observa-se também que no ano de 2021, iniciou o período da pandemia da variante Covid-19. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do Covid-19 teve início em 11/03/2020 e permaneceu até 05/05/2023.

Cabe ressaltar variável de serviços de atenção à saúde, tem que estar na mesma proporção do crescimento populacional, senão, corremos o risco de sobrecarregar os recursos existentes, resultando em longos tempos de espera, serviços inadequados e, em última instância, impactando negativamente a saúde da população. Entretanto, sendo de fundamental importância que os gestores de políticas públicas de saúde, analisem os índices de crescimento demográfico para propor medidas, assim, garantindo que a variável de unidade de saúde seja ajustada de maneira proporcional ao crescimento populacional. Somente assim podemos alcançar uma distribuição equitativa dos recursos de saúde e garantir que todos possam garantir a promoção e a proteção à saúde, como também para a promoção o bem-estar físico, mental e social da população.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS/2019, na pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, revela que os brasileiros ao buscarem atendimento de saúde, 76,5% das pessoas costumavam procurar o mesmo lugar, médico ou serviço de saúde, sendo que 69,8% delas procuram estabelecimentos públicos de saúde. Dentre os tipos de estabelecimentos indicados, a Unidade Básica de Saúde (UBS) foi a mais citada. Apenas 28,5% da população do país (59,7 milhões de pessoas) tinham algum plano de saúde, médico ou odontológico em 2019.

Considerações Finais

Pretendeu-se neste artigo analisar a Região do Litoral Norte do Estado de São Paulo, apontando os desafios para prestação de políticas públicas de educação e saúde voltadas a população, em decorrência ao crescimento demográfico expressivo, avaliados através da análise das variantes das taxas populacional, de domicílio, índices de alunos matriculados e de unidades de ensino, como também as unidades de saúde e os principais impulsionadores desse crescimento. Possibilitando fazer uma reflexão sobre as dificuldades encontradas a fim de contribuir na qualidade das ofertas dos serviços públicos.

Percebe-se que o Censo demográfico dos anos de 2000, 2010 e 2022 registra um contínuo e significativo aumento da população do Litoral Norte Paulista, conforme evidenciado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse fenômeno demográfico reflete não apenas uma taxa de natalidade em ascensão, mas também outros fatores, como a migração interna e externa, o aumento da expectativa de vida e políticas públicas voltadas para o incentivo à formação de famílias. Esse crescimento populacional apresenta desafios e oportunidades para a região em diversas áreas, incluindo planejamento urbano, infraestrutura, saúde, educação e economia. Diante desse contexto dinâmico, é fundamental que as políticas públicas estejam alinhadas com as demandas e necessidades dessa população em expansão, visando garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo.

O aumento do número de habitantes é verificado por meio da consideração de dados demográficos, extraídos dos Censos entre os anos de 2000 e 2022. Registrou-se no último Censo que os quatro municípios do Litoral Norte Paulista apresentaram crescimento de domicílios (Tabela 1). Portanto, Caraguatatuba teve um aumento mais intenso, com 33,75% para o período.

Diante dos resultados analisados neste artigo, observa-se que o crescimento demográfico com recorte ao período de 2000 a 2022 ocorreram de forma acentuada, e alguns municípios encontram dificuldades com relação a esta demanda, em termos de infraestruturas para absorver os impactos do crescimento populacional, podendo ocorrer graves problemas de âmbito social e ambiental, a exemplo do que ocorre atualmente nas capitais.

Percebe-se que no Litoral Norte de São Paulo, o índice do aumento populacional do período de 2000-2010 é de 25,43% e no período 2010-2022 é de

22,20% (dados referentes a Tabela 2) sendo que o índice de unidade de saúde no período de 2012-2017 é de 18,8% e de 2017-2022 é de 30,39% (dados referentes a Tabela 10). Portanto, evidencia que as unidades de saúde desta região, teve crescimento proporcional a quantidade de habitantes.

Com relação as Unidades de Ensino, no período de 2008-2010 registrou-se aumento de 1,32% e no período de 2010-2021 é de 2,87% (dados referentes a Tabela 8), sendo inferior a variável a amostra de aumento da população do Litoral Norte Paulista.

Estes dados revelam um aumento expressivo na população do Litoral Norte Paulista nos últimos anos. Esse crescimento tem gerado uma demanda crescente por serviços públicos essenciais, como educação e saúde. No setor da educação, observou-se um aumento no número de matrículas em escolas da região, refletindo a necessidade de expandir a capacidade das instituições de ensino para atender à crescente demanda. Além disso, os dados também indicam um aumento na demanda por serviços de saúde na região. Isso se manifesta não apenas no aumento do número de pacientes atendidos, mas também na necessidade de ampliar a infraestrutura de saúde, incluindo a construção de novos hospitais, aquisição de equipamentos médicos e contratação de profissionais de saúde qualificados.

Portanto, este estudo possibilita subsidiar os gestores dos municípios do Litoral Norte Paulista em lidar com os desafios decorrentes do crescimento demográfico da região, como também, para reavaliar as políticas de planejamento urbano, visando garantir um desenvolvimento sustentável que preserve o meio ambiente e melhore a qualidade de vida dos residentes. Além de reavaliar os investimentos na infraestrutura e em políticas que permeiam o acesso à educação e saúde, que são fundamentais para o desenvolvimento regional do Litoral Norte Paulista.

Diante do desafio do crescimento populacional na região do Litoral Norte Paulista, torna-se claro que o desenvolvimento socioeconômico requer uma abordagem holística e cuidadosa por meio de políticas públicas bem planejadas e implementadas. Estas políticas devem priorizar não apenas o crescimento econômico, mas também a sustentabilidade ambiental, a equidade social e o bem-estar da comunidade. Somente através de um esforço conjunto entre os governos, a sociedade

civil e o setor privado, podemos contribuir para o desenvolvimento regional do Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Referências

ARAUJO, G. C. de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar". **Educ. Rev.**, Curitiba, nº 39, p. 279-292, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 fev. 2024.

BARBOSA, S. R. C. S. Ambiente, subjetividade e complexidade. Um estudo sobre depressão no Litoral Norte Paulista. **Relatório científico, FAPESP** (processo n. 04/10685-1), 2007.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. DATASUS. Informações de Saúde (TABNET). Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>. Acesso: 20 jan. 2024

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília, 2006. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio/ago. 2006.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Produto 3 – Diagnóstico Participativo APA Marinha do Litoral Norte e Arie de São Sebastião. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo. 2014.

CARAGUATATUBA. **Prefeitura Municipal de Caraguatatuba**. Disponível em: <http://www.portal.caraguatatuba.sp.gov.br>. Acesso 20 dez. 2023.

CARAGUATATUBA. **Câmara Municipal de Caraguatatuba**. Disponível em: <https://www.camaracaragua.sp.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, 2003.

ILHABELA. **Câmara Municipal de Ilhabela**. Disponível em: <https://www.camarailhabela.sp.gov.br/historico.php>. Acesso 20 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: Acesso em: 06 jan. 2024.

PNUD; IPEA. **Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas do Brasil**. 2015. Com base em IBGE, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=25729. Acesso em: 25 ago. 2024.

ONU. **Mundo terá 2,2 bilhões de pessoas a mais até 2050, indica ONU**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mundo-tera-22-bilhoes-de-pessoas-a-mais-ate-2050-indica-onu/>. Acesso: 10 jan. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Pesquisa nacional de saúde: 2019: **ciclos de vida: Brasil** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 139p.

SÃO SEBASTIÃO. **Prefeitura Municipal de São Sebastião**. Disponível em: <https://saosebastiao.sp.gov.br/> Acesso em: 20 dez. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar n.º 1.166, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a criação da **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE-LN)** no Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

UBATUBA. **Prefeitura Municipal de Ubatuba**. Disponível em: <https://www.ubatuba.sp.gov.br/>. Acesso 20 dezembro. 2023.

UNFPA BRASIL. **Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)**. População e meio ambiente. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/topics/popula%C3%A7%C3%A3o-e-meio-ambiente>. Acesso em: 20 ago. 2024.